

## CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO TURÍSTICO - A EXPERIÊNCIA DOS PÓLOS IRRADIADORES DO ECOTURISMO REGIONAL NO ESTADO DE GOIÁS

Maria Geralda de Almeida (\*)

**RESUMO** - Este estudo expõe a turistificação proposta pela criação dos "Pólos de Irradiação do Ecoturismo Microrregional" no Estado de Goiás. Consubstanciado em uma política ambiental de execução descentralizada, PED, o Ministério do Meio Ambiente elege os municípios de Três Ranchos, São Domingos, Pirênópolis e Alto Paraíso para estimular e desenvolver ações visando a consolidação do ecoturismo. Alguns problemas afloram na implementação do PED. Finaliza a análise destacando alguns equívocos bem como os aspectos positivos da experiência do Ministério do Meio Ambiente na implantação do turismo alternativo.

**RÉSUMÉ.** - Il s'agit d'une étude de la touristification proposée par les "pôles de diffusion de l'écotourisme microrrégional" dans l'état de Goiás. En effet, le Ministère de l'Environnement avec c'est Projet de Pôles envisageait le renforcement d'une politique de l'environnement par le biais d'une politique, celle de l'exécution décentralisée. Les communes choisies pour mener ce projet ont été Pirenópolis, Três Ranchos, São Domingos et Alto Paraíso et quelques enjeux sont exposés, aussi que des équivoques et des aspects positifs de l'expérience du Ministère avec le tourisme alternatif.

### INTRODUÇÃO

A atividade oficial do turismo no Brasil, surgiu na década de sessenta, com a criação do Conselho Nacional do Turismo e a Empresa Brasileira do Turismo e, desde então, vem sendo estimulada por ser uma das atividades de crescente importância econômica. A sua inclusão na política desenvolvimentista nacional respalda-se tanto na necessidade de ampliar as atividades produtivas (geração de divisas e emprego), na estratégia de diversificação das mesmas, como também na propalada existência de um imenso potencial natural para o turismo no país.

O marketing é farto em destacar a Amazônia, o Pantanal, as praias e as Cataratas de Iguaçu, no mercado internacional, alimentando uma imagem de um Brasil "turismo de natureza". A valorização nacional do turismo espelha sobretudo a descoberta do mesmo como componente econômico e, desde então, o espaço enquanto consumo.

Até a década de noventa a Política Nacional do Turismo preocupava-se sobretudo com a infra-estrutura hoteleira. A reestruturação da Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, no início daqueles anos significou, sobretudo, para a política nacional, a invenção do turismo como forma de promover a valorização e preservação do patrimônio natural e cultural; isto é, a paisagem, adquire novo valor, desta feita conferido pelo olhar do turista. Em razão do uso turístico estes lugares turistificados, transformados em mercadorias, inserem-se na atual divisão internacional dos locais turísticos. O turismo concebe o ambiente turístico como uma combinação entre o natural e o cultural sendo a cultura que atribui significado ao outro. Ela contém pois, no seu bojo, a compreensão e leitura da natureza e participa da invenção do objeto turístico.

O objeto turístico, assim como o valor cultural, não são imanentes. Eles não surgem a partir desses mesmos objetos, bem como aquilo que chamamos bens culturais não têm em si sua própria identidade. São os grupos sociais que lhes atribuem um significado, lhes impõem uma identidade e nos revelam os mesmos a partir de suas representações. O objeto turístico, portanto, em si ele não existe, sendo uma invenção pelo e para o turismo.

Assim também são os espaços, os lugares e territórios turísticos. Planejados, construídos pelos empreendimentos turísticos ou mesmo decretados, institucionalizados, eles consistem pois, no estabelecimento de nova estrutura sócio-espacial, cujo eixo de compreensão emerge não da leitura do turismo em si, mas das relações da sociedade com o lugar e, mais ainda, dos homens entre si e de suas representações (Almeida, 1998; Almeida, 2000).

No cenário brasileiro o Estado de Goiás desponta-se notadamente para o turismo "ecológico" que "pode ser amplamente exercido em diversos pontos de Goiás" na palavras do Governador do Estado, em mensagem no Anuário Turístico de Goiás (1997). Com efeito, a variedade e excepcionalidade de

---

----- (\*) galmeida@iesa.ufg.br

Instituto de Estudos Sócio-Ambientais – IESA  
Universidade Federal de Goiás - Brasil

recursos naturais é ímpar: dois parques nacionais o dos Veadeiros e das Emas e, mais três estaduais: Caldas Novas, Pirineus e Terra Ronca ;a existência de Grandes Lagos como o Lago das Brisas", duas vezes e meia o tamanho da Baía da Guanabara", Serra da Mesa "o quinto maior lago do Brasil" e, o Lago

Azul, quase tão grande quanto o Lago das Brisas; o acervo espeleológico com aproximadamente 400 cavernas catalogadas, algumas delas entre as maiores da América do Sul, como é o caso do Conjunto de São Mateus, de 20.500 metros, o Conjunto Angélica Bezerra e a de Terra Ronca e a Caverna dos Ecos, onde foi encontrado o maior lago subterrâneo da América do Sul; e, os mais de 2 mil Km de praias do rio Araguaia, frequentadíssimas durante a temporada de junho a setembro, sem citar as termas de Caldas Novas. Territórios outros se destacam pelo turismo cultural e ou religioso como Pirenópolis, Cidade de Goiás e Corumbá, importantes núcleos urbanos no período áureo da mineração do ouro no século XIX.

A despeito das potencialidades e vocação para um turismo em toda sua pluralidade, no estado de Goiás, a inserção do turismo, nos planos desenvolvimentistas é recente.

No ano de 1993, esta atividade, pela primeira vez, destacou-se na política estadual. Considerado como o ano do turismo em Goiás, a propaganda oficial alardeava a mesma como a "indústria do sorriso e da boa hospitalidade". Apoiou-se na instituição estadual, Empresa Goiana de Turismo - GOIASTUR, nas privadas - Associação Brasileira dos Agentes de Viagem- ABAV, Sindicato dos Empregados do Turismo- SINDETUR, Sindicato dos Gerentes dos Empreendimentos Turísticos-SINGTUR e o Sindicato dos Hotéis, Restaurantes e Bares- SINDHORB para alavancar o turismo estadual.

Porém, foi principalmente com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE, que estabeleceu a principal parceria com as seguintes atividades.1) diagnóstico do turismo goiano; 2) consultorias às empresas; 3) treinamento e reciclagem; 4) verificação comparativa do cenário levantado, redirecionamento e correção do mesmo. Com o SEBRAE houve sem dúvida a adoção de novos procedimentos gerenciais das empresas envolvidas, uma preocupação em qualificar os recursos humanos e a modernização administrativa do cenário diagnosticado.

Apesar de ressaltar o turismo histórico- cultural em Pirenópolis, Goiás e Corumbá de Goiás, as festas e romarias em Trindade, Muquém entre outras, é o turismo verde e da natureza (Vale do Araguaia, Parques Nacionais e equipamentos turísticos como de águas termais do Rio Quente e Caldas Novas) que tem recebido maior incentivo governamental e da iniciativa privada.

Em meados de noventa o Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, propôs ao governo do Estado, através da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos- SEMARH, o Projeto de Execução Descentralizada - PED.

Face à importância que este Projeto teve, pelo ineditismo desta ação no Estado de Goiás, o propósito deste estudo é uma reflexão sobre a turistificação, os processos para uma valorização das "potencialidades naturais", visando intensificar o uso turístico de municípios- enclaves no Estado de Goiás, com a implantação dos Pólos Irradiadores de Ecoturismo Microrregional. Se se considerar que o mesmo é uma forma de intervenção idealizada/concebida no bojo da Política Nacional do Meio Ambiente, este estudo de caso é elucidativo das representações que o Estado tem do turismo e, um exemplo de seus desdobramentos.

### **O marketing nacional com o BIRD - o PED**

No período de 1994 a 1998, o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, no bojo de sua Política Nacional do Meio Ambiente, implementou, no contexto da política de descentralização das ações do Estado o Projeto de Execução Descentralizada - PED.

Tal iniciativa, através de projetos diversos, abrangeu mais de 300 municípios em todas as regiões brasileiras e teve, como objetivo maior, operacionalizar a descentralização, fortalecendo, ademais, este mesmo propósito da gestão ambiental que a instituição do Sistema Nacional de Meio Ambiente já pressupunha.

A inclusão do PED no Programa Nacional do Meio Ambiente não foi fortuita. De fato, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD sentia-se incomodado porque o Brasil na condição de signatário da Agenda-21 não estava agilizando os procedimentos para tornar a gestão ambiental mais eficiente. Assim, por ocasião da Revisão de Meio Termo (abril de 1994) do Acordo de Empréstimo firmado com o BIRD este componente foi criado, tendo em vista e aquele Banco colocar como necessário para a continuidade do empréstimo, uma reorientação da política ambiental, levando em conta os princípios do conceito de desenvolvimento sustentável.

O PED recebeu daquele banco um financiamento na ordem de U\$41.223.817,54 e, como contrapartidas nacionais a União investiu U\$17.667.350,37, os Estados, municípios e outros co-executores e participantes financiaram U\$12.140.194,15, U\$10.485.691,13 e U\$4.492.917,77 respectivamente (Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1998). O Ministério do Meio Ambiente comemorou sua realização ressaltando-o "como primeira experiência de desenvolvimento sustentável do Governo brasileiro, em larga escala, com vistas à materialização dessa nova idéia de

progresso, consagrada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92" (idem).

Alardeando uma evolução do conceito de conservacionismo *strictu sensu* para aquele de desenvolvimento sustentável, o Ministério do Meio Ambiente procurou, no processo de seleção das propostas apresentadas pelos estados, considerar, além dos critérios de elegibilidade à participação do Estado, a relevância dos problemas ambientais abordados, a pertinência dos orçamentos, a idoneidade técnica e administrativa dos executores e, atentar, também, para a contemplação de quatro aspectos indissociáveis da noção de desenvolvimento sustentável: crescimento econômico, sustentabilidade ecológica, distribuição e equidade e participação social.

A implementação do PED foi assim concretizada visando os seguintes objetivos: fomentar o processo de gestão ambiental descentralizada no País, em seis grandes biomas brasileiros (Floresta Amazônica, Pantanal Mato-Grossense, Mata Atlântica, Zona Costeira, Cerrado e Caatinga); estimular a realização de projetos pilotos de desenvolvimento sustentável; induzir a aplicação de mecanismos de mercado à gestão do meio ambiente e ao uso sustentável dos recursos naturais; tornar a sociedade civil, por intermédio da atuação compartilhada com a União, os Estados e os Municípios parceira na gestão ambiental e, identificar e/ou desenvolver mecanismos inovativos para a aplicação da legislação existente e de políticas de conservação ambiental, de modo a atender às condições locais e aos objetivos econômicos (idem, p.9)

Dos 90 projetos qualificados, 20 destes, conforme especificaram seus executores, destinavam-se ao turismo ecológico ou ecoturismo, privilegiando sua vertente "turismo natureza". O Estado do Rio Grande do Sul destacou-se entre os demais estados por contemplar o turismo alternativo em cinco de seis projetos implementados. A despeito desta singularidade da política ambiental gaúcha, o nosso propósito é discutir o caso do PED no Estado de Goiás, especificamente nos "Pólos Irradiadores do Ecoturismo Microrregional".

#### **"Pólos Irradiadores do Ecoturismo Regional"- A proposta de institucionalização.**

Conforme o documento do próprio Ministério do Meio Ambiente, PNMA / PED, intitulado "Projeto: Criação de Quatro Pólos Irradiadores de Desenvolvimento do Ecoturismo Microrregional" (janeiro de 1996), o mesmo desenvolveu-se no estado de Goiás sob a égide do Conselho Estadual do Meio Ambiente de Goiás e Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

A criação do turismo alternativo (ecológico, cultural, histórico, cultural e de aventura, etc.) a ser implementado, foi justificada para o projeto e para o Estado de Goiás, considerando que: "as qualidades ambientais de Goiás, ampliadas pela exuberância da paisagem e do conforto climático, o capacitam a se tornar um promissor pólo de ecoturismo no Brasil" (PED- Relatório Final da UGP/ Operacional, 1998). Analisemos um pouco esta justificativa cotejando-a com o entendimento oficial de ecoturismo.

É inegável que o ecoturismo agrega um somatório de interesses resultantes de preocupações de ordem ambiental, social e econômico, haja vista que a conceituação do mesmo elaborada pelos representantes do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Ministério da Indústria e Comércio, Embratur, Ibama, empresários e consultores, o esclarece como "um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente promovendo o bem-estar das populações envolvidas." (Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, março de 1994)

À luz do conceito, a justificativa para que fosse implementado o ecoturismo apresentada pelos elaboradores do projeto no Estado de Goiás é frágil e limitada. Sem muito atentarmos o nosso olhar perceberemos na mesma um reducionismo do ecoturismo ao que é natural, negligenciando as demais dimensões do ecoturismo. Também o vazio da justificativa aparece nas afirmações sobre ambiente e paisagem: as "qualidades ambientais" (ressaltadas) em que distinguem-se das paisagens? Ou, as "qualidades ambientais" não inserem estas nas paisagens?

Entretanto, esta afirmação é precedida de uma outra, que argumenta em favor de uma prática do turismo alternativo, posto que este envolve novos padrões comportamentais, em "contato com a natureza, as raízes culturais e históricas, e ser o tipo de turismo que busca o tão desejado desenvolvimento sustentado (sic)" (p.2).

É evidente a amplitude dada ao significado de turismo alternativo; e, por outro lado, é visível a dificuldade dos autores em lidarem com as conceituações. Com efeito, neste documento não há o cuidado da parte dos autores em precisarem o entendimento e a matriz conceituável sobre o objeto de trabalho. Os mesmos não são menos felizes quando procuram uma justificativa para eleição de quatro municípios para a implantação de núcleos de ecoturismo microrregionais: de acordo com eles, isto se deveu ao "Programa

Nacional de Ecoturismo, definidor de diretrizes para um desenvolvimento e organização do ecoturismo coerentes com os preceitos de sustentabilidade" (idem).

Todavia, vejamos naquele documento, a justificativa circunstanciada sobre os quatro municípios selecionados Alto Paraíso de Goiás, Pirenópolis, São Domingos e Três Ranchos.

Alto Paraíso de Goiás já era considerado um município turístico, devido o místico-esotérico que rodeia a localização e o sítio do mesmo, tido como chakra do mundo e, a existência do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Recebendo, anualmente, um fluxo turístico de aproximadamente 25 mil visitantes para o Parque e o entorno, incluso a sede, tornou-se o turismo uma das principais vertentes econômicas do município. Todavia, o crescimento dos serviços turísticos tinha se efetuado precariamente, necessitando de uma reorientação visando eficiência e eficácia. Também, os empreendimentos turísticos nas propriedades rurais estavam comprometendo a conservação de áreas naturais e, por conseguinte, ameaçando a sustentabilidade econômica e ecológica.

Pirenópolis foi escolhido por agregar atrativos históricos-culturais e naturais, tanto pelo conjunto paisagístico de edificações do século XVIII, cercado pela Serra dos Pirineus, como pelas festas religiosas e culturais, belezas naturais, cachoeiras e fontes d'água. A crescente atividade turística refletia no comércio e serviços, particularmente na infra-estrutura hoteleira, com efeitos preocupantes: instalação de hospedagens e restaurantes no centro histórico, visitas em áreas naturais que careciam de uma análise sobre capacidade de carga, lixo em excesso... Estando o turismo causando impactos ambientais, tornava-se oportuna a realização do Projeto principalmente devido ao grande potencial turístico da região.

O município de São Domingos, geograficamente o mais distante de Goiânia (650 Km), no nordeste goiano, foi incluído no Projeto pela existência de vários e diversificados atrativos turísticos como a presença do maior complexo cavernoso da América do Sul, cachoeiras, o recente lago da Hidrelétrica São Domingos e o Parque Estadual de Terra Ronca. Região economicamente estagnada e de alto índice de miséria, a implantação do Projeto foi considerada uma barreira para a expansão da fronteira agrícola da soja do Estado da Bahia, esta danosa ao meio ambiente, e vista como a solução dos problemas sócio-econômicos do município e, uma forma de valorização de seus atrativos naturais e culturais.

Já o município de Três Ranchos, consolidou-se como turístico com a construção da Barragem de Emborcação e formação do Lago Azul, em 1982. Desde então o turismo e a pecuária extensiva dominam a economia local. A proposta do Projeto seria de minimizar os efeitos da construção da Barragem sobre a comunidade atingida, incentivar a adoção dos princípios do ecoturismo e, o desenvolvimento de uma tecnologia de ecoturismo em regiões de lagos artificiais "de grande valia para o Estado de Goiás e outros estados brasileiros, visto que já são muitas as represas construídas, em fase de construção ou planejadas" (Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1998).

No que diz respeito aos municípios eleitos não deixou de ser significativo os mesmos apresentarem, individualmente e em conjunto, fatores como a existência de áreas vocacionadas para receptivo de turistas, uma demanda real já existente em direção à essas áreas, proximidade com Brasília e Goiânia possuidoras de um mercado consumidor de aproximadamente 3 milhões de pessoas, áreas de rara beleza cênica e, existência de áreas protegidas nos diversos níveis.

Convém ressaltar que inicialmente os elaboradores da carta consulta, documento básico para posterior elaboração do Projeto, definiram apenas o Município do Alto Paraíso para o PED. Por um interesse do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal em contemplar um número maior de município, foram convidados o de Pirenópolis e de Três Ranchos. Posteriormente o Prefeito, ora na gestão, de São Domingos manifestou-se também interessado resultando a sua inclusão no Projeto detalhado, em 1995.

Também, no que concerne à administração estadual e local, os executores levaram em conta o compromisso do Governo do Estado de Goiás, através de suas secretarias atinentes ao tema, de elaborar, regulamentar e implantar as atividades de ecoturismo no estado; contou-se também com o compromisso das prefeituras municipais em assumir esta vertente econômica para os municípios e, a existência prévia de um conjunto de ações e de organizações locais que trabalham para a implantação do turismo adequado ao ambiente.

Já no plano financeiro o PED foi tido como uma oportunidade de captar recursos externos, com a sinalização do novo modelo de desenvolvimento. Com efeito, o Pólo Irradiador de Ecoturismo Microrregional foi contemplado com U\$1.205.650,66 sendo U\$470.229,98 financiados pelo BIRD, e tendo como contrapartidas nacionais U\$201.527,14 da União, U\$356.073,39 do Estado de Goiás, o restante advinda dos próprios municípios participantes.

Os Pólos Irradiadores de Ecoturismo Microrregional tiveram como executora a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso e como co-executores as Prefeituras Municipais de Pirenópolis, São Domingos e Três Ranchos; Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros - ACVCV, Associação dos

Moradores da Vila São Jorge - ASJOR, Associação dos Moradores do Povoado Moinho - AMORMOINHO, Associação de Proteção do Meio Ambiente do Sertão - APROMAS, Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Três Ranchos - ACT e Centro de Vivência CRESCER. Cabe registrar que no projeto original que originou o parecer técnico do PNMA/PED nº 054/96 (30/05/96), e a aprovação, constavam, além destes executores, também a Sociedade dos Amigos de Pirenópolis, a Associação dos Empreendimentos Turísticos de Pirenópolis, a ASDEC - Associação Dominicana para o Desenvolvimento Comunitário, e a ASFLO - Associação dos Pequenos Extrativistas de Flores do Cerrado da Chapada dos Veadeiros.

Quais foram os objetivos específicos do Projeto? Segundo o Projeto do Ministério do Meio Ambiente, (1996), pretendia-se fomentar o ecoturismo nos 4 municípios, mediante a dotação de infra-estrutura, capacitação ao ecoturismo e organização institucional (inventários turísticos, instalação de conselhos de meio ambiente e turismo) e educação ambiental. Para tanto, um vasto plano de ações foi proposto como avaliação dos códigos de postura, ambiental, tributário e de zoneamento; criação de um banco de dados, possibilitando o cruzamento de informações sobre o inventário dos recursos naturais, atributos culturais e investimentos em ecoturismo nos municípios; criação de legislação municipal específica para o tombamento de áreas significativas para o ecoturismo; elaboração de um programa de desenvolvimento ecoturístico para os municípios; capacitação de recursos humanos para as atividades de ecoturismo; fomento às atividades produtivas da comunidade; criação do Centro de Atendimento ao Turismo; desenvolvimento de um sistema de identificação de serviços, equipamentos e sinalização turística nas áreas de interesse; desenvolvimento de um programa de educação ambiental; fomento à participação das lideranças comunitárias e organizações não-governamentais no planejamento e na implantação de projetos turísticos.

### **Implementação dos Pólos**

É digno de registro que elaboração da proposta da carta consulta dos municípios selecionados para a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH e destinada ao Ministério do Meio Ambiente, teve como um dos seus dois elaboradores, um membro do Grupo Nativa, uma organização não-governamental de Goiânia. Uma vez esta carta aprovada coube a esta ong, para o qual foi "convocada" (1998, p.10), a elaboração do projeto final. Posteriormente, a unidade de gerência operacional do Projeto, bem como a sub-gerência de Três Ranchos ficaram com dois integrantes integrantes

A unidade de gerenciamento do Projeto, foi criada dada a proposta de implementação abranger 4 municípios distintos, assegurando "a coordenação e o acompanhamento equilibrado nos 4 municípios participantes" (Projeto do MMA, 1996, p.22). A ela estava vinculado um núcleo administrativo, o conselho de gestão (representantes dos municípios e técnicos) e uma sub-gerência (um representante da Prefeitura local, um técnico em turismo e um representante de uma entidade não-governamental).

Todas estas funções e cargos eram remunerados. Para se ter idéia, no projeto aprovado, somente para o custo da administração e gerenciamento, durante o período de 8 meses, no ano de 1997, recebeu R\$198.280,00.

A execução do PED foi concebida contando com o comprometimento dos gestores municipais, envolvidos no projeto, em criarem ações de adequação à atividade turística, como a criação do CONDEMA - Conselho de Defesa do Meio Ambiente e do Conselho e Desenvolvimento do Turismo - CONDETUR. Em cada município envolvido, a construção de Centros de Atendimento ao Turismo - CAT, dotados de *bureaux* de informações turísticas. Os *bureaux* seriam alimentados por um inventário completo e diagnóstico de modo a possuir um banco de dados (informações turísticas dos municípios), além dos CAT's adquirir um veículo cada, 02 embarcações de apoio ao turismo nos 2 municípios com represa, sistema de comunicação de rádio para todos os CAT's bem como equipamentos e mobiliários ara os mesmos.

Paralelamente ao inventário, previu-se o desenvolvimento de um vasto e diversificado programa de capacitação de recursos humanos com um total de 39 cursos, um trabalho de educação ambiental desenvolvendo 4 programas e, o treinamento de agentes multiplicadores.

No PED, o item Formação e Capacitação de Recursos Humanos teve os seus custos estimados em R\$ 296.760,00, aproximadamente 1/4 do valor total do Projeto. Tal soma era elevada até para os proponentes, merecendo assim dos autores o esclarecimento que "pode parecer alto pelo espaço de tempo utilizado na execução do Projeto, mas se torna pequeno diante da perspectiva de continuidade ao longo dos anos" (Projeto do M.M.A, p.45). Este não foi entretanto o parecer Técnico do PNMA/PED n.º 054/96 avaliando-o como excessivo, devido a previsão do custo hora/aula ter sido superestimada e, limitando o seu financiamento para esta rubrica no valor de R\$ 150.000,00.

## **Os limites da institucionalização e a utopia da "replicagem".**

O PED significou, antes de mais nada, uma dupla estratégia: de fomentar o processo de gestão ambiental descentralizada no país e, na prática, o apoio financeiro e recursos externos da comunidade internacional para a reorientação da política ambiental nacional. De fato, aliando meio ambiente e turismo o Governo brasileiro colocou em cena elementos com fortes atrativos para os agentes financiadores.

Conforme Cruz (2000) bem destaca, toda política contém uma intencionalidade ideológica e, pressupõe uma postura, por parte do Estado, direcionadora tanto para o setor público como para o setor privado, no sentido de atingir os objetivos estabelecidos por essa política. Nota-se que a ênfase no aproveitamento dos recursos naturais centrou-se em áreas sabidamente "vacionadas" para o turismo, dotadas de uma certa demanda, espacialmente bem localizadas, que já proporcionava um melhor nível de desenvolvimento. Para os investidores nestes municípios, pouco risco corriam em aplicando neles. Elas careciam, entretanto, de uma ampliação da infra-estrutura turística receptiva e capacitação de recursos humanos, o que o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, propunha-se a fazer.

As realizações enfatizadas pelo relatório final do PED (1998) destacam: construção, equipamento e implantação de Centros de Atendimento ao Turismo - CAT's nos municípios de Alto Paraíso (sede e distrito de São Jorge), Três Ranchos, São Domingos e Pirenópolis; realização de 45 cursos de capacitação em ecoturismo, totalizando 1.153 pessoas treinadas nas áreas de gerenciamento de empreendimentos turísticos, noções básicas de arquitetura e controle sanitário, guias de turismo, informática, qualidade de alimentos, produção de doces e conservas, introdução ao turismo e artesanato; implantação de programas de educação ambiental nos municípios de Alto Paraíso, Pirenópolis, São Domingos e Três Ranchos (exposições, palestras, visitas às escolas, campanhas públicas, gincanas); realização dos Inventários da Oferta Turística em Alto Paraíso, São Domingos, Pirenópolis, Três Ranchos, São Jorge e municípios do entorno (6); implantação de Bancos de Dados nos CAT's, disponibilizando informações tais como os atrativos naturais, culturais, serviços de hotelaria, bares, restaurantes e infra-estrutura para os turistas; levantamento e análise de legislação ambiental e dos Códigos Municipais, elaboração de Manuais de Identidade Visual (Pirenópolis e Alto Paraíso).

Todavia, o relatório geral/final do gerente operacional do PED (1998), aponta severos obstáculos que dificultaram a implementação dos pólos irradiadores do ecoturismo regional. O fato de ter um município executor, no caso Alto Paraíso, na prática resultou no seu fortalecimento político. A ele cabia, também, administrar os recursos, das diversas fontes, destinados ao PED, o que gerou rivalidades, atrasos nos repasses da contra-partida, dificuldades em cobranças por parte do município executor. As relações entre a UGP e os prefeitos tiveram seus atritos sobretudo no administrar as divergências do entendimento do papel do Município no PED. No relatório, a realização do PED nos 4 municípios selecionados apresenta como principal entrave a substituição dos prefeitos, ocorrida no início da implementação do Programa, uma vez que as discussões e acordos feitos durante a elaboração não foram assumidos pelos novos prefeitos em 1997. Esta situação foi particularmente grave no município de Pirenópolis, causando um abandono de várias ações programadas.

O Banco de Dados, o principal produto envolvendo 16 municípios, conforme o mesmo relatório acima citado, implicou o desenvolvimento de 2 *softwares* para tabulação e apresentação das informações, considerados, pela UGP, como "grande ferramenta de planejamento permanente, pois permite atualização instantânea" (idem, p.17). Apesar disso, sob a alegação do pouco interesse dos prefeitos de Pirenópolis e São Domingos, o Banco de Dados não teve sua implantação nestes dois pólos. Tampouco teve seu uso socializado com a Secretaria de Indústria e Turismo e demais órgãos governamentais, tornando-se propriedade de uso restrito, quando não mercadoria do Grupo Nativa.

O Grupo Nativa, consolidado enquanto empresa prestadora de serviços em 1990, apresentava em seu quadro de fundadores, na época do PED, um arquiteto e dois geógrafos. Até então, esta ONG havia se destacado no Estado de Goiás com canoagem no Rio Araguaia e projetos de educação ambiental, de criança nativa, no mesmo rio, durante o verão. Durante o PED, tanto a mesma iniciou suas consultorias na área de ecoturismo na Amazônia (reservas extrativistas) quanto estabeleceu uma parceria frutuosa com o SEBRAE-GO, através de vários cursos ministrados por este nos Pólos e, da implantação dos *Bureaux* de Informação Turística nos CAT's dos municípios envolvidos. Com o SEBRAE, o grupo Nativa tem a exclusividade de realização de inventários nas propriedades rurais para implantação do turismo rural no Estado; o Grupo Nativa por sua vez, fortalece a parceria privilegiada em outras ações como é o caso, presentemente, quando ambos se associam na realização do diagnóstico dos atrativos turísticos em Alto Paraíso de Goiás.

Enquanto Projeto concebido e imposto o mesmo não foi um compromisso assumido pela gestão municipal e sociedade local organizada como iniciativa que elas poderiam dar uma continuidade. O término dos investimentos significou a total paralisação do PED, mesmo se haviam atividades pendentes como o código de posturas, ambiental, tributário e de zoneamento, criação de legislação para o tombamento de áreas e atualizações dos inventários turísticos. Ressalva dever ser feita ao município de Alto Paraíso de Goiás, executor do projeto geral do PED que soube melhor desenvolver os objetivos propostos. Assim, de modo geral não ocorre a esperada "replicagem" nos demais municípios.

Observa-se pois que apenas Alto Paraíso de Goiás, que centralizou a distribuição dos recursos do PED, e atuou como executor, serve-se dos dados, informações e estrutura obtidos com o Programa. Os investimentos feitos não apresentaram, todavia, ainda rebatimentos esperados conforme o projeto que gerou o financiamento. Entre as principais cidades turísticas do estado Alto Paraíso de Goiás figura-se em décimo lugar, recebendo 10.000 visitantes em 1996 e 11.000 no ano seguinte. Pirenópolis, mesmo não levando avante as propostas feitas ainda no primeiro ano de execução do Programa, atraiu 60.000 em 1996 e 90.000 visitantes em 1997. Ambas posicionam-se com importância secundária se se considerarmos Trindade que recebeu 120.000 visitantes, Aruanã 150.000 visitantes e Caldas Novas que surpreendeu atraindo 1.200.000 de turistas em 1997.

O Programa pressupunha em conhecimento do espaço, domínio de um ambiente natural e um ambiente construído, considerando que o ecoturismo implica uma relação conservacionista com o patrimônio natural e o patrimônio cultural. Isto não ocorreu, adotando a equipe gerencial uma concepção tendenciosa e reducionista que norteou o Programa. Por outro lado, os critérios da razão da escolha destes municípios deixam claro o interesse da incorporação de paisagens ainda naturais às áreas do capital e de transformar a natureza em mercadoria. O turismo é inegavelmente registrado apenas como vertente econômica.

Não foi discutido com a população destes municípios sobre "desenvolvimento" desejado. O turismo configurou-se como o modelo gerador de emprego e renda. São os valores incutidos na massificação de cursos e campanhas que se alteram com relação a natureza e a cultura local (de uso para troca) e os visitantes que ali chegam. São as relações de trabalho capitalistas (assalariamento) que são enfatizadas. Estas atitudes e relações "criam" o território turístico proposto pelo PED como modelo de desenvolvimento que na prática ainda não se concretizou.

Ao criar um projeto de primazia ao meio ambiente, entendido enquanto "patrimônio natural", e aliado de uma parceria com a Secretaria da Indústria e Turismo do Estado de Goiás, a quem compete determinações, diretrizes e implementação de políticas e ações pertinentes ao turismo o Ministério do Meio Ambiente ou executores respaldados por ele, cometeu um equívoco que refletiu na ausência de continuidade dos Pólos de Irradiação do Ecoturismo. Com efeito, não houve o efeito multiplicador, a adoção pelos demais municípios goianos, nem tampouco por parte daqueles da áreas de influência regional dos 4 pólos selecionados.

Todas as realizações provocaram significativas transformações na concepção de turismo por parte dos municípios considerados Pólos de Irradiação, principalmente no que concerne a tê-lo como uma atividade econômica. O patrimônio natural e cultural assume maior valor enquanto mercadoria, pela incorporação de novos segmentos produtivos à atividade turística e, paralelamente minimiza-se as práticas danosas ao meio ambiente. Mais que um fator de desenvolvimento, o que passa a animar os gestores municipais é o reconhecimento da existência em seus municípios de "mercadoria exportável", para efeito de inserção do município no circuito turístico nacional, como pólo de ecoturismo.

A experiência do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, a despeito da inexpressividade dos rebatimentos na atividade turística posteriormente desenvolvida nos 4 pólos tem suas lições. A intervenção dos planejadores e promotores territoriais teve como fim a implementação da política nacional do meio ambiente na sua vertente de valorização econômica dos recursos naturais. Com a sua execução o Ministério do Meio Ambiente tomou a seu cargo em uma atividade até então restrita aos órgãos e agentes promotores da política de turismo. A transformação do espaço em produto turístico, com a

iniciativa no Ministério do Meio Ambiente o tornou co-responsável pelo ecoturismo, ampliando assim os partícipes da adequação dos recursos naturais e culturais no mercado turístico. É este que promove a modernização do espaço com CAT's, projetos arquitetônicos estranhos á realidade local, descolados do patrimônio natural e cultural. Projeto sim, que houve replicagem onde foi instalado e, com eles, uma relativa homogeneização da paisagem no plano da aparência.

Este projeto priorizou e respaldou-se na diversidade de recursos naturais, possibilitando diversas modalidades de turismo. O financiamento, na ordem de US\$1.205.650,66 teve do BIRD, da União, do Estado e dos municípios. A escolha de 4 municípios para investimentos é uma intervenção do governo, criando territórios distintos, ilhas privilegiadas, favorecendo a fragmentação territorial. Estes se tornam globalizados, atendendo interesses internacionais.

Fica uma lição aprendida nesta experiência: a da realização do ecoturismo enquanto "responsabilidade compartilhada" de todos agentes sociais. Estes, governamentais e não-governamentais, desempenham igualmente as atividades articuladas e complementares, permitindo alcançar objetivos ambientais, no seu sentido mais amplo, em torno dos quais é estabelecido um consenso social (Almeida, 2.000).

## **BIBLIOGRAFIA**

ALMEIDA, Maria Geralda de. Algumas inquietações sobre ambiente e turismo. In: MENEZES, A . V.C. de & PINTO, J.E.S. de S. (org.). Geografia 2001. Aracaju, NPGeo/UFS, 2000. pp. 51-64.

\_\_\_\_\_. Cultura, invenção e construção do objeto turístico. In: Espaço Aberto 3, Turismo e formação Profissional. Fortaleza: AGB/FUNCAP, 1998. pp. 17-31.

CRUZ, Rita de Cássia. Política de Turismo e Território / Rita de Cássia Cruz. - São Paulo: Contexto, 2000. - (Coleção Turismo)

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DA AMAZÔNIA LEGAL E DOS RECURSOS HÍDRICOS.- CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE DE GOIÁS. SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. - Projeto: Criação de quatro pólos irradiadores de desenvolvimento do ecoturismo microrregional, Janeiro de 1996.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DA AMAZÔNIA LEGAL E DOS RECURSOS HÍDRICOS. - Projetos de Execução Descentralizada, - Relatório Final. MMA/PNMA, Brasília, 1998.

PED - Projeto de Execução Descentralizada. Relatório Geral, - Relatório Final da UGP/Operacional, Abril de 1998 (mimeo.)

\_ Resultado parcial da Pesquisa: "Os territórios do turismo no estado de Goiás - diagnósticos e cenários futuros", iniciada em março de 2000 com recursos do Conselho Científico e Tecnológico - CONCITEG, do Estado de Goiás.